

A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS NO ASSENTAMENTO JUNCAL EM NAVIRAÍ/MS

THE ORGANIZATION OF PEASANT WOMEN IN THE JUNCAL SETTLEMENT IN NAVIRAÍ/MS

Michely Cinquini Freire Silva

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil
micinquini@gmail.com

João Edmilson Fabrini

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil
joaofabrini@ufgd.edu.br

Resumo

As mulheres camponesas do assentamento Juncal, em Naviraí/MS, criaram a Amaju (Associação de Mulheres do Assentamento Juncal). Na Amaju, elas elaboram uma variedade de produtos (pães, doces, biscoitos, artesanatos, dentre outros). Os produtos são comercializados no mercado local e institucional, o que contribui para geração de renda e autonomia das mulheres associadas. As mulheres desenvolvem também produção para autoconsumo vinculada ao trabalho reprodutivo. Embora organizadas a partir de uma base econômica, a Amaju se constitui num importante canal de participação das mulheres com desdobramento nas relações de gênero, política, etc.

Palavras-chave: Relações de gênero. Trabalho. Geração de renda.

Abstract

Peasant women from the Juncal settlement, in Naviraí/MS, created Amaju (Association of Women From the Juncal Settlement). In Amaju, they make a variety of products (breads, sweets, cookies, handicrafts, among others). The products are sold on the local and institutional market, which contributes to the generation of income and the autonomy of the associated women. Women also develop production for self-consumption linked to reproductive work. Although organized on an economic basis, Amaju constitutes an important channel for the participation of women with consequences for gender, politics, etc.

Keywords: Gender relations. Work. Income generation.

Introdução

As mulheres camponesas do assentamento Juncal, no município de Naviraí/MS, se organizaram na Amaju (Associação de Mulheres do Assentamento Juncal). Na Amaju, as mulheres elaboram uma diversidade de produtos alimentares e artesanais, dentre os quais se destacam pães, doces, biscoitos, ornamentos, dentre outros. Simultaneamente à organização produtiva das mulheres, são realizadas atividades políticas e sociais como participação em reuniões, planejamento de atividades e lutas diversas relacionadas às demandas específicas das mulheres.

A organização produtiva na Amaju, embora não seja determinante, se constitui numa importante possibilidade participação, e conseqüentemente, contribui e indica a construção de igualdade e autonomia das mulheres. Portanto, a organização produtiva das mulheres e a construção de igualdade e autonomia dela derivada se constitui no eixo norteador da abordagem do artigo.

Os produtos da Amaju são comercializados pelas mulheres na feira livre, supermercados e assentamento de Naviraí e outros municípios, porta em porta na cidade, PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), dentre outros. O fato de a produção ser realizada por mulheres organizadas numa associação confere conteúdo simbólico diferenciado aos produtos, o que serve para chamar a atenção das pessoas, favorecendo a comercialização da produção. As mulheres desenvolvem também produção para autoconsumo vinculada ao trabalho reprodutivo, importante na garantia da existência camponesa no assentamento. Mas, o trabalho reprodutivo geralmente é invisibilizado e serve para a reprodução de desigualdades diversas entre homens e mulheres.

O assentamento Juncal foi criado em 2002, resultante da desapropriação da fazenda Juncal e é composto por 113 famílias. A desapropriação da fazenda Juncal e a realização do assentamento ocorreram a partir da organização dos trabalhadores rurais sem terra na Antep (Associação Naviraiense Terra e Paz), que recebeu importante apoio da pela Agraer (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul).

As informações e a base empírica para abordar sobre a organização das mulheres do assentamento Juncal são derivadas de levantamento bibliográfico, documental, entrevistas em órgãos públicos e, principalmente, pesquisa de campo,

quando foram aplicados questionários a 50% das mulheres vinculadas a Associação, ou seja, 7 mulheres. Para a aplicação dos 7 questionários foi utilizada a técnica de Amostra Aleatória. Além dos questionários aplicados foram realizadas entrevistas com o diretor da Agraer de Naviraí, presidente da Antep, presidente da Coopaju (Cooperativa dos Produtores do Assentamento Juncal), gerente de agricultura e desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Naviraí, dentre outros. A observação direta e contatos cotidianos e informais com as mulheres assentadas também permitiram o levantamento de dados e informações sobre a organização das mulheres na Amaju.

Gênero e mulheres camponesas

A organização das mulheres camponesas na Amaju (Associação de Mulheres do Assentamento Juncal) possui uma dimensão de classe e de gênero, ou seja, a organização delas está relacionada à sua condição de mulher, socialmente construída, bem como a sua inserção no modo de produção capitalista, quando se vincula, desigual e contraditoriamente, gênero e “classe camponesa”¹. Assim, para o entendimento da organização das mulheres assentadas deve-se considerar tanto a questão de gênero, quanto a questão de classe, numa estrutura (e superestrutura) hegemônica pelas relações capitalistas de produção.

A mulher camponesa dos assentamentos realiza um conjunto de trabalho produtivo e reprodutivo que é importante para a acumulação de capital e barateamento do custo de produção de mercadoria. Nesse sentido, no trabalho às mulheres cruza-se, contraditoriamente, a sua condição de mulher (componente de gênero) e seu lugar social no processo produtivo, não necessariamente de mercadoria. Aliás, a acumulação de capital, conforme Luxemburgo (1988), está ancorada na produção não-capitalista, a exemplo do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres, ou seja, a produção de mercadoria se nutre do trabalho reprodutivo (não-mercadoriológico) das mulheres camponesas.

Nesse contexto é ilustrativa a concepção de Saffioti (1976) de que a compreensão da situação da mulher deve ser feita considerando a relação existente entre o fator natural (condição da mulher) e o modo de produção. “A explicação da situação

¹ Existem interpretações diversas sobre o lugar social do campesinato que vai desde aquelas que os consideram como classe social, passando pela metamorfose à agricultores familiares, bem como as que afirmam a não existência de campesinato no Brasil, dentre outras.

da mulher na sociedade capitalista é encontrável através da análise das relações entre o fator natural sexo e as determinações essenciais do modo capitalista de produção” (SAFFIOTI, 1976, p.367). Portanto, a desigualdade entre homens e mulheres emerge a partir da estrutura produtiva, social e política, dentre outras, associada à dimensão de gênero.

Muraro e Boff (2002) também se referem à relação existente entre gênero e classe social ao afirmarem que ambas as categorias, classe e gênero, servem para trazer a luz conflitos e desigualdades entre homens e mulheres. “(...) o gênero possui uma função analítica semelhante àquela de classe social; ambas as categorias atravessam as sociedades históricas, trazem à luz os conflitos entre homens e mulheres e definem formas de representar a realidade social e de intervir nela” (MURARO e BOFF, 2002. p.18).

A estrutura política e econômica da sociedade se comunica com o ordenamento social patriarcal, por exemplo. O ordenamento social patriarcal se constitui num sistema erguido a partir da autoridade de homens em que o patriarca é a máxima autoridade e exerce o domínio central da família, principalmente. A autoridade do patriarca está ancorada na masculinidade, princípio pelo qual o homem pode exercer o poder. Muraro e Boff (2002, p. 67) observam ainda que o patriarcado deve ser entendido como uma complexa estrutura política de hierarquização, marcada por formas de dominação de uma parte sobre a outra e que construiu relações de gênero altamente conflitivas e desumanizadoras para o homem e, principalmente, para a mulher.

Viezzler (1989) aponta que a “ideologia patriarcal” está presente na história da humanidade e nos diferentes tipos de regimes políticos e tem hoje no capitalismo a sua expressão máxima. O mundo que se conhece foi pensado e regulado pelos homens a fim de se prosseguir com o projeto de desenvolvimento no qual o objetivo imediato é a manutenção do poder masculino.

Acrescenta-se que as relações patriarcais possuem um conteúdo geográfico, pois aparecem mais ou menos intensas dependendo do espaço e condições em que estas relações foram construídas. Em determinados espaços (campo, cidade, região, país, etc.) as relações patriarcais podem estar mais ou menos consolidadas, o que dificulta (ou favorece) transformações nas relações entre mulheres e homens.

Segundo Campos (2011), ao tratar da “face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio no Brasil”, tomando o caso de Cruz Alta/RS, há a reprodução de

desigualdades de gênero associada à pobreza das mulheres. A autora entende que a desigualdade de gênero se materializa na vida das mulheres através de menor remuneração do trabalho, controle sobre bens materiais e participação política. A partir do trabalho realizado no meio rural verifica-se desigualdade maior, o que diminui a probabilidade de autonomia para as mulheres.

A reprodução de relações desiguais entre mulheres e homens não ocorrem somente no espaço agrário hegemônico pelo agronegócio latifundiário, pois se verificam desigualdades de gênero no espaço dominado (território) pela “pequena produção” familiar, ou seja, na agricultura camponesa.

Os ideais românticos e utópicos de igualdade entre os camponeses porque se organizam em torno da família, são proprietários dos meios de produção (terra, instrumentos, ferramentas, etc.) ou ainda porque o produto do seu trabalho lhe pertence ao final do processo produtivo, não corresponde à realidade. O território camponês, apesar das virtudes diversas verificadas (reprodução de práticas comunitárias, solidárias, preservacionistas, coletivas e de resistência, por exemplo), não está livre do “modo de controle” das relações capitalistas de produção, da qual se refere Mészáros (1999).

Considerar os assentamentos de reforma agrária, por exemplo, como território livre na sua totalidade, é uma idealização. A família camponesa é ilustrativa para caracterizar as desigualdades existentes no território camponês dos assentamentos. A família camponesa reproduz relações autoritárias, desiguais e de dominação.

Na titulação da terra dos assentamentos, por exemplo, observa-se significativa desigualdade de gênero. Deere e Léon (2002), ao tratar do direito de propriedade da terra, considerado principal fator de sobrevivência no meio rural, considera que existe exclusão das mulheres nesse direito de propriedade. As autoras afirmam, inclusive, que na herança, os filhos homens têm mais possibilidade de receber a terra do que as filhas mulheres, pois a família acredita que eles darão continuidade as atividades produtivas no campo, enquanto as filhas ficam com as tarefas da casa.

Demostramos que a desigualdade de gênero na posse da terra é devida à preferência masculina na herança e no casamento, a preconceitos masculinos em programas estatais de distribuição de terras, onde a mulher tem menos probabilidade de ser compradora do que o homem [...] os direitos à terra preferencialmente atribuídos a homens chefes de família. (DEERE e LEON, 2002, p. 29).

A herança da terra a partir de laços familiares se constitui numa tradição do campesinato, inclusive dos assentamentos, enquanto representação do passado existente

nos dias atuais, bem como uma ordenação social familiar em que a mulher pouco participa das decisões sobre a terra. Tais características foram verificadas por Moura (1978), ao estudar os camponeses do bairro de São João da Cristina, no município de Maria da Fé, em Minas Gerais - área ocupada há cerca de 200 anos. Essa comunidade camponesa possui uma lógica específica de herança e passagem da propriedade da terra de geração em geração (sucessão familiar) que não é regulada somente pelo código civil brasileiro, esse, expressão do moderno. A autora verificou que complementarmente a “força da lei”, de um lado, e a “consideração”, de outro, constituem-se em elementos da lógica de herança camponesa.

Segundo a autora, as regras de herança camponesa não são observadas a partir do código de leis nacionais porque se ergue um código local em nome de acertos e arranjos familiares, visando à manutenção dos patrimônios territoriais familiares. Nessa regra, em que as relações familiares imperam, os homens se encarregam do negócio da terra, inclusive compra e venda das terras da irmã ou cunhada. A exclusão da mulher na herança da terra se justifica porque o trabalho na terra é um atributo do homem, sendo a mulher auxiliar à vida na terra, o que indica relações desiguais entre homens e mulheres.

As filhas mulheres nunca recebem parcelas de terra do pai, já que este provê de todo o “sustento”, abrigadas como estão sempre sob o teto da “casa de morada” dos pais. Também não recebem “casa de morada” dentro da terra paternal, ao se casar, já que são seus maridos (e nesse quadro estão incluídos os sogros) que devem por em prática as regras. A virilocalidade resulta ali da posição específica da mulher face à produção e à propriedade da terra (a mulher não trabalha a terra, portanto não será *cabeça* de um empreendimento agrícola). E sem isto não se justifica que seja proprietária de uma parcela. (MOURA, 1978, p. 54).

O casamento nessa comunidade camponesa também não é mediado exclusivamente pelo amor romântico e erotismo, mas pela economia, semelhante aos estudos feitos por Shanin (2008) de que o casamento é também uma transação, um negócio da terra entre o homem - cunhado ou marido, que é essencialmente masculino, bem como a junção da mão de obra auxiliar da mulher com a do homem.

A autonomia do masculino vem com o acesso à terra concedida pelo pai. Já a autonomia da mulher vem a partir da sua capacidade de cuidar da casa. Dessa forma, o trabalho não remunerado fica para as mulheres e os negócios cabem ao homem. À mulher cabem os negócios somente para as pequenas sobras.

Apesar do exemplo de Moura (1978) para indicar a especificidade da herança e desigualdades na distribuição da terra entre camponeses, é importante observar que, na sua compreensão, as relações modernas ou atrasadas não estão relacionadas à temporalidade, mas, sim, à espacialidade. A autora considera que a forma de herança da comunidade estudada é parte de uma especificidade local (espaço) e não necessariamente da força do tempo histórico e do passado que persiste contemporaneamente. Nessa concepção, ela não coloca no centro da interpretação a dimensão histórica para compreender a especificidade da herança entre os camponeses estudados, mas, sim, as características espaciais, elementos centrais na explicação da transmissão da propriedade da terra.

Menegat (2009a) aponta que apenas a titulação da terra não confere empoderamento² efetivo às mulheres camponesas dos assentamentos. A titulação da terra no nome da mulher pode ser um empoderamento ilusório, uma vez que a administração do lote pode continuar sendo exclusivamente do homem. Nesse sentido, cabe ressaltar que a titulação da terra precisa vir acompanhada de outras participações nos processos decisórios.

Segundo Silva e Portela (2006), existe uma espacialidade do trabalho rural da mulher e do homem camponês. Enquanto a espacialidade do trabalho do homem é a lavoura, criação de animais, comercialização da produção e, sobretudo, tomada de decisões nos negócios, a espacialidade do trabalho da mulher é a casa e o quintal, este considerado uma continuidade do domicílio.

Pode-se afirmar que o trabalho é o que organiza a vida social nesses estabelecimentos, e o espaço de trabalho envolve simultaneamente a casa, o seu entorno e as áreas de cultivo ou criação propriamente ditas, que às vezes, são contínuas ao terreno do domicílio. Isso significa que o trabalho doméstico se desenvolve de maneira coextensiva às demais atividades. É possível dizer que, no conjunto, existe uma certa articulação entre as diferentes atividades, entretanto o *continuum* de espaço de trabalho é realidade para as mulheres, uma vez que são elas que realizam as tarefas domésticas (SILVA e PORTELA, 2006, p.142).

À mulher camponesa quase sempre cabe a responsabilidade pelos espaços de reprodução nas unidades familiares como o cuidado da casa, filhos/as, horta e pequenos

² O conceito de empoderamento é utilizado por diversos estudiosos/as de gênero, autoridades governamentais, movimento sociais, organizações internacionais, etc. Por ser generalizante esse conceito possui severos limites, pois incorpora inclusive aqueles que acreditam no empoderamento da mulher a partir da posse de uma arma de fogo, por exemplo.

animais, considerados de menor ou nenhum valor econômico mercantil, ou seja, o trabalho reprodutivo. O trabalho da mulher misturou-se com a sua condição de mulher, mãe, esposa, dona de casa, etc. Ao homem camponês coube o trabalho produtivo como a compra e venda de produtos, contatos com banco, cooperativa, dentre outros. Portanto, trata-se de uma divisão de trabalho vinculada ao sexo, ou seja, uma divisão sexual do trabalho, surgida desde passado distante.

Melo e Di Sabbato (2009, p. 140), ao apresentarem um diagnóstico do trabalho da mulher rural feito através da análise das estatísticas oficiais do PNAD (pesquisa nacional por amostra de domicílio), afirmam que o peso da família patriarcal é uma forte marca na construção da sociedade rural. O trabalho das mulheres no meio rural, que majoritariamente se dá nas unidades produtivas familiares, são atividades voltadas para o autoconsumo ou para o trabalho não remunerado. As autoras consideram que nas unidades produtivas camponesas evidenciam-se fusão da vida familiar e vida do trabalho, não aparecendo ou apresentando de forma difusa a separação entre a “mulher mãe” e a “mulher trabalhadora”, o que pode explicar o porquê da permanência da tradição patriarcal na constituição do papel social feminino no meio rural. Essa fusão da vida familiar e da vida do trabalho já foi parcialmente superada no meio urbano.

Hirata e Kergoat (2007) afirmam que sempre existiu na sociedade divisão sexual do trabalho. Segundo as autoras, essa divisão do trabalho se organiza de acordo com dois princípios: o princípio de separação que determina a existência de trabalho de homem e trabalho de mulher, mediado por uma hierarquia que coloca o trabalho de homem mais importante do que da mulher. Dessa forma, os homens se apropriaram daquelas funções com mais valor social adicionado como política, religião, cargos de chefia, entre outras.

Freitas (2008) afirma que tornou responsabilidade da mulher encontrar os meios para conciliar o tempo do trabalho produtivo assumido por elas no contexto moderno de urbanização e industrialização, com as atividades de cuidado do lar, por exemplo. Pelo fato de assumir dupla função, a mulher viu sua vida dividida em dois tipos de tempo: um tempo voltado para a esfera econômica e outro tempo voltado para as necessidades humanas. Para conciliar as funções, a mulher intensificou o tempo de trabalho total, reduzindo o tempo de lazer, perdendo inclusive, o tempo destinado às suas próprias necessidades pessoais.

A incorporação direta da mulher à lógica produtiva de mercadoria no contexto da modernização, industrialização e urbanização não promoveu alterações substanciais na tradicional divisão sexual do trabalho. Essa incorporação sobrecarregou ainda mais a mulher, pois ela assumiu tarefas produtivas e não aliviou a realização das tarefas reprodutivas. Assim, se de um lado a realização do trabalho produtivo (produção de mercadoria) serviu para a mulher sair do isolamento doméstico, de outro lado, a subordinou ao universo da produção e circulação da mercadoria numa fábrica ou comércio, por exemplo.

Assim, observa-se que a modernização tem um “pé de barro”, pois permitiu a inserção social da mulher a partir da produção de mercadoria, o que significou conquista de alguma independência nas relações familiares (independência do marido), mas a subordinou à empresa (subordinação ao patrão). Acrescenta-se também que a inserção da mulher ao trabalho produtivo de mercadoria não a livrou do trabalho reprodutivo como as atividades domésticas, como destacadas anteriormente. Observa-se assim que a mulher não conquistou autonomia e independência a partir da produção de mercadoria do modo capitalista de produção.

Buarque (2002) entende que, embora a modernização tenha trazido consigo todo um desejo de transformação social baseado nos ideais de liberdade e igualdade como frutos do progresso, não conseguiu romper com a imensa estrutura de poder que dá legitimidade às hierarquias das relações humanas na civilização ocidental. A modernização não conseguiu transpor questões como o patriarcado, que ainda impera na sociedade contemporânea, seja ela urbana ou camponesa, pode dizer ainda que esse patriarcado usufrui das barreiras que a mulheres são impostas.

O trabalho das mulheres camponesas é na maioria das vezes aquele que envolve o cuidado, sobretudo o cuidado no ambiente doméstico e privado. Segundo Siliprandi (2013, p. 189) a responsabilidade das mulheres com o cuidado da família e, portanto, com as tarefas de reprodução da sociedade, está profundamente ligada à identidade feminina, construída socialmente. O encerramento das mulheres no trabalho do lar foi utilizado historicamente para a sua exclusão dos centros de decisão e de poder, relegando-as a ocupar um papel subordinado na sociedade como um todo.

A partir da hierarquização, o trabalho reprodutivo das mulheres não foi considerado importante para a manutenção da vida familiar e a existência camponesa, embora o fosse. A partir do não reconhecimento da importância do trabalho da mulher,

elas foram invisibilizadas, ou seja, a sua invisibilização ocorreu a partir do lugar social definido pelo trabalho que ela realiza na unidade produtiva camponesa. A ausência da mulher nos espaços públicos internalizou fortemente a ideia de que o lugar da mulher camponesa é no lote, porém circunscrito ao cuidado da casa, seu entorno, e da família.

Observa-se que embora a mulher camponesa seja atingida pelas transformações estruturais de modernização, industrialização e urbanização, ela tem dificuldade de inserir-se no trabalho produtivo em vista das condições geográficas em que está inserida no campo. O espaço do campo dificulta a inserção da mulher no trabalho produtivo de uma fábrica ou comércio nas cidades, por exemplo. Apesar das dificuldades elas estão construindo possibilidade de inserção nos processos produtivos para busca de autonomia e independência, ou seja, apesar do lugar social e econômico construído historicamente das mulheres, emergem grupos produtivos diversos de mulheres camponesas, com destaque para os grupos que se organizavam em torno da construção de um modelo de produção associativas não-mercadoológicas.

As mulheres engajadas em espaços coletivos de produção, ao mesmo tempo em que garantem subsistência, renda, vínculo de amizade, valorização dos seus saberes, experimentam também discussão de sua condição de mulher na sociedade, principalmente, no campo. Juntas, elas unem força para transformar sua realidade e das pessoas com quem convivem, sobretudo, as filhas/os jovens, geralmente a caminho da cidade, em busca de melhor condição de vida.

Segundo Siliprandi (2009, p. 44), no contexto de participação nos grupos produtivos que tem possibilitado transformações de posições sociais das mulheres, família e da sociedade, na medida em que vão construindo juntas, novos papéis, sobretudo na esfera do trabalho e seus desdobramentos. Segundo a autora, as resistências diversas das mulheres emergem, sobretudo, a partir de experiências vividas de participação e organização nos movimentos sociais de luta pela reforma agrária, organizações, cooperativas, associações, eventos, acampamentos, dentre outras. Portanto, é possível apreender que as resistências não são uma ação que surge espontaneamente com o passar do tempo ou vinculadas à produção de mercadorias.

Mas, os movimentos sociais (e também sindicais) de camponeses de luta pela/na terra e seus desdobramentos, como a realização de assentamentos de reforma agrária, não estão à parte da sociedade e também reproduzem estruturas e super-estruturas de desigualdades diversas, inclusive de gênero. Os movimentos sociais de

luta pela/na terra reproduzem concepções de diminuição da participação da mulher, mas também possibilita a tomada de consciência das contradições de classe e gênero.

As lutas e mobilizações das mulheres camponesas tomaram impulso no Brasil na década de 1970, se estendendo para décadas posteriores, principalmente a partir da Constituição de 1988, quando essas mulheres conquistam representação no MMTR (movimento das mulheres trabalhadoras rurais). As principais preocupações do Movimento nesse momento da organização era a saúde da mulher; direitos, como o de aposentadoria, garantido pela Constituição; participação nos sindicatos, cooperativas, etc.

Na década de 1990 intensificaram as lutas e reivindicações das mulheres com a realização de marchas pelo país, em destaque para a Marcha das Margaridas, organizada no movimento sindical, objetivando direitos diversos, reforma agrária, participação em instâncias de decisão, etc. O MST, que num primeiro momento não tinha preocupação específica com o tema de gênero, posteriormente passou a incorporar as pautas específicas de gênero e das mulheres sem-terra. No contexto de organização de movimentos sociais diversos, em 1995, foi criada a ANMTR (Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais), agregando mulheres de diversos movimentos sociais camponeses, o que deu base para a criação, em 2003, do MMC (Movimento das Mulheres Camponesas). Nessa conjuntura de lutas foram incrementadas políticas públicas voltadas para o atendimento das mulheres camponesas.

Para Deere e Leon (2002) a conquistas de direitos e políticas públicas como a criação do Pronaf Mulher, titulação, chefia compartilhada do estabelecimento rurais, dentre outros direitos ligados à terra, contribuiu para o “empoderamento” das mulheres do campo.

Para as mulheres do campo, a posse da terra é a melhor garantia de que elas são capazes de suprir, pelo menos em parte, as necessidades alimentares de sua família. Além, disso, a posse é frequentemente um requisito para aumentar a produtividade das mulheres, já que age como mediadora para seu acesso ao crédito e a outros serviços. A posse da terra também melhora na posição de retaguarda das mulheres no casamento e lhes dá maiores opções matrimoniais. Ao aumentar o poder de barganha das mulheres, a posse da terra está também associada ao papel de maior importância das mulheres na tomada de decisões quanto à família e à propriedade. Não há quase dúvida de que um aumento maior no poder de barganha das mulheres seria necessário para empoderá-las, para mudar as relações de gênero e alcançar a verdadeira igualdade entre homens e mulheres (DEERE e LÉON, 2004, p.411-412).

De acordo com Deere e Leon (2002) ainda, o alcance do Pronaf Mulher, por exemplo, contribui para uma maior autonomia das mulheres, pois, com os recursos financeiros, elas puderam investir em projetos cooperativos específicos. A criação da Amaju (associação de mulheres do assentamento Juncal) em Naviraí está inserida nesse contexto de luta das mulheres camponesas.

As mulheres camponesas do assentamento Juncal não ficaram inertes diante do contexto desigual a que estão submetidas e tem procurado caminhos na construção de autonomia e igualdade. A organização produtiva de mulheres do assentamento Juncal, por meio da Amaju, e seus desdobramentos políticos, sociais, e principalmente de gênero, enquadra-se nesse contexto de construção de caminhos de autonomia, independência e igualdade. A partir da organização produtiva, as mulheres da Amaju visualizam possibilidade de construção de autonomia e independência.

O assentamento juncal e a organização das mulheres na Amaju

O assentamento Juncal foi realizado no município de Naviraí/MS a partir da organização dos/as trabalhadores rurais sem-terra na Antep (Associação Naviraiense Terra e Paz), que resultou na desapropriação da fazenda Juncal e o assentamento 113 famílias. As mulheres do assentamento criaram em 2007 a Amaju (Associação de Mulheres do Assentamento Juncal).

As mulheres associadas à Amaju desenvolvem um conjunto de atividades produtivas com fins comerciais e autoconsumo, com destaque para produção de alimentos e artesanatos ornamentais. Acrescenta-se que embora a organização das mulheres esteja vinculada à organização produtiva, são realizadas também atividades políticas e sociais como participação em reuniões, planejamento de atividades, marchas e lutas diversas relacionadas às demandas específicas das mulheres.

A luta pela terra do Assentamento Juncal está vinculada à organização da Antep, formada por camponeses/as sem-terra do município de Naviraí. A existência dos/as sem-terra em Naviraí está inserida no contexto de apropriação concentrada da terra e expansão do modo capitalista de produção no espaço sul-mato-grossense a partir da década de 1950, principalmente. A apropriação concentrada da terra se constituiu no principal “motor” de acumulação de capital com a formação de oligarquias regionais, o que significou a negação da terra aos camponeses.

A desigualdade na distribuição de terra teve resistência dos camponeses a partir da sua organização nos movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária. Portanto, a estrutura fundiária altamente concentrada, originada no contexto de apropriação capitalista da terra em Mato Grosso do Sul e no município de Naviraí, motivou conflitos entre camponeses sem-terra e latifundiários do agronegócio.

O município de Naviraí é caracterizado pela existência de conflitos entre camponeses e latifundiários, sobretudo a partir da década de 1980, quando famílias arrendatárias que trabalhavam na derrubada de florestas e formação de pastagens, organizadas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Naviraí, apoiado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), passaram a resistir na terra e reivindicar realização da reforma agrária. O conflito entre latifundiários e famílias camponesas resultou em violências diversas contra as famílias, resultando inclusive no assassinato de Joaquim das Neves Norte, advogado dos camponeses arrendatários que lutavam pela reforma agrária em 1981.

Apesar de conflituoso, existe o discurso da elite local, reproduzido pelas autoridades, lideranças, políticos e até pelos próprios assentados, de que a reforma agrária em Naviraí é pacífica. O assentamento Juncal é considerado por esses segmentos sociais locais como pacificado, pois não houve conflito, ocupação de terra ou acampamento por parte das famílias sem-terra. A compreensão, tanto de lideranças dos camponeses, bem como dos segmentos dominantes locais é a de que solução da desigualdade social, da qual se destaca a distribuição da terra, verificada no município de Naviraí, seria a partir de uma ação conjunta, semelhante à uma aliança de classes, no caso, camponeses, proprietários rurais, autoridades públicas (executivas e parlamentares), dentre outras.

A realização do Assentamento Juncal foi resultado da iniciativa dos/as trabalhadores rurais de Naviraí na Antep, que desenvolveram ações em “parceria” com órgãos públicos, como a Agraer, para realizar um levantamento do número de famílias interessadas no assentamento. A partir de critérios estabelecidos pela Antep e Agraer, a liderança do movimento chegou a um número de 113 famílias camponesas que posteriormente foram assentadas no PA Juncal.

Até 1996 eu lecionava na cidade, em Naviraí mesmo. Aí fiquei sabendo desse movimento que estava acontecendo em Naviraí. Por intermédio do prefeito Euclides Fabrini do partido PFL, fui chamado para fazer parte desse movimento, e foi aí que entrei nessa luta. Tanto é que nós não temos vínculo nenhum com MST, CUT e nem outro

movimento. Aí fundamos a Associação Naviraiense Terra e Paz. Foi fundada em 1997 e tinha na época da fundação 365 associados, só moradores de Naviraí, e fomos trabalhar nessa questão de arrumar a terra para formar o assentamento. Foram cinco anos de muita luta e as terras só saíram porque foi criada essa Associação. E a que sobrou foi essa aqui, um capoeirão que dava medo. Ficamos um ano acampado cuidando da terra para que não fosse ocupada por outros. (EDSON, presidente da Antep, 2018).

O assentamento das famílias foi feito na fazenda Juncal após acordo entre Antep, Agraer e proprietário para aquisição do imóvel. Uma condição do acordo era que não se fizesse acampamento e ocupação de terra. O acampamento das famílias ocorreu somente após a aquisição do imóvel e demarcação dos lotes pelo Incra, em 2002. Os lotes demarcados do assentamento variaram entre 5 e 10 hectares conforme a atividade a ser desenvolvida pelos assentados, ou seja, pecuária, lavoura ou horti-fruti-granjeiros, basicamente.

Após a realização do assentamento, as famílias começaram atuar para o desenvolvimento do assentamento. Nesse contexto de preocupação com o desenvolvimento do assentamento foi criada a Coopaju (Cooperativa dos Produtores do Assentamento Juncal), celebrados convênios entre a UFMS, Agraer e Prefeitura Municipal para instalação da ITCP/UFMS (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul) e a criação da associação das mulheres, a Amaju. Ressalte-se na criação e fortalecimento da Amaju a atuação da ITCP/UFMS.

A organização produtiva das mulheres do assentamento Juncal, por meio da criação da Amaju, surgiu a partir da necessidade das mulheres construírem uma alternativa de renda e participação. Acrescenta-se que a criação da Associação também foi motivada pela insatisfação das mulheres camponesas com a condição a que estão submetidas de dependência aos seus companheiros no contexto da família patriarcal em que o homem toma as decisões econômicas, sociais e políticas, como destacado anteriormente.

A organização da produção na Amaju se constitui numa importante ação para a construção da autonomia e independência das mulheres, pois essa autonomia não avança do pondo de vista de gênero, por exemplo, descolada de outras dimensões, como a econômica, política, cultural, etc. Assim, a partir da organização produtiva das

mulheres do assentamento Juncal na Amaju é possível entender a construção da sua autonomia e independência.

No horizonte organizativo da produção das mulheres da Amaju está a ideia de se construir enquanto camponesas e não como empresárias. A Amaju não é uma empresa, e nem as mulheres são empresárias, que visam a produção de mercadorias inseridas numa lógica capitalista. A Amaju visualiza a autonomia e independência alcançada a partir da produção associativa e cooperação solidária e não produção capitalista de mercadoria.

Observa-se também que a organização produtiva coletiva na Associação tem um conteúdo pedagógico, pois as mulheres aprendem a participar, lutar por direitos, visualizar as desigualdades e contradições sociais e de gênero, dentre outras. Mas, é importante observar que a organização produtiva na Amaju possui limites e contradições diversas, pois em muitos aspectos, reproduz conflitos e desigualdades, como será destacado posteriormente.

A organização das mulheres na Amaju nasceu da iniciativa delas própria. Aliás, desde o início da luta pela terra as mulheres já estavam preocupadas com a organização da produção para a manutenção na terra conquistada, inclusive a sua participação esteve presente em todo o processo de conquista da terra, desde a idealização do assentamento, participação nas reuniões, etc.

As mulheres assentadas tinham a compreensão da necessidade de se organizarem em torno de uma associação, pois seria parte da construção da independência que almejavam. No depoimento de Maria, verifica-se a preocupação inicial com a criação da Associação.

Eu ficava pensando à tarde depois que terminava o serviço de casa. O que nós mulheres podia fazer pra melhorar a renda da nossa família e não ficar só esperando pelo dinheiro da renda do nosso marido. Foi aí que uma vizinha me falou, porque não montar uma associação só de mulheres. Foi aí que eu fui conversar com a Fátima que na época era presidente da Antep, sobre a possibilidade da criação de uma associação somente de mulheres, mas recebi foi um balde de água fria. Voltei pra casa desanimada. A mesma coisa aconteceu quando fui pedir apoio na Agraer. Foi aí então que resolvi ir à prefeitura para conseguir uma barraca para vender nossos produtos na feira do produtor da cidade, aí sim começamos a colocar os produtos para vender. Nós começamos levando, doces, bolos, pão, ovos caipiras, frangos, verduras, mandioca e mais os artesanatos, isso tudo era levado de trator na carreta. No domingo nós saía de madrugada para feira. Foi assim que tudo começou. (MARIA, Presidente da Amaju, 2018).

A constituição e organização produtiva da Amaju estão pautadas na concepção da Economia Solidária estimulada, sobretudo, pela ITCP/UFMS, que desenvolve projetos diversos a fim de promover ações econômicas solidárias. A Amaju contou também com o auxílio da Incubadora para o desenvolvimento de projetos que visavam o melhoramento dos conhecimentos técnicos das camponesas. Por meio dos conhecimentos técnicos adquiridos através de curso capacitação foi valorizado saberes populares das mulheres camponesas aliados aos conhecimentos científicos.

A Amaju conta com a infraestrutura para fabricação de pães e doces como cozinha, fornos e fogões industriais movidos a gás, conforme se verifica em depoimento de Dirce.

Antes os doces e os pães eram preparados no fogão e no forno a lenha, era muito trabalhoso, tinha que sair a procura de lenha para aquecer o fogão e o forno. Também as panelas dava muito trabalho pra limpar, ficava tudo grudado no fundo, e não era forrada a cozinha, porque era esquentava demais. Depois que adquirimos o fogão e o forno industrial forramos a cozinha com PVC, ficou tudo mais limpo e mais higiênico. Isso melhorou muito e a gente se sente motivada a trabalhar e produzir. (DIRCE, Assentada, 2019).

A organização produtiva das mulheres em torno da Amaju se materializa principalmente na produção artesanal de alimentos (doces, pães, biscoitos, hortaliças, frutas, frango semi-caipira, bolos e queijos, dentre outros), tanto para comercialização, quanto para autoconsumo; bem como produção de artefatos para decoração (artesanato). Os principais produtos para comercialização da Amaju são alimentares e artesanais conforme se verifica nas figuras a seguir (figuras 1 e 2).

Além da produção para comercialização, são elaborados pelas mulheres nas unidades familiares produção para autoconsumo, sendo que o excedente é comercializado, permitindo também renda financeira. Somam-se à produção agrícola realizada pelas mulheres da Amaju, o abate de animais, sobretudo aves, bem como produção de derivados de leite que é comercializada e também utilizada no autoconsumo.

Figura 1 - Produtos alimentares elaborados pela Amaju



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

Figura 2 - Produtos artesanais elaborados pela Amaju



Fonte: <https://www.facebook.com/amaju>, 2020.

No quadro a seguir (quadro 1), verificam-se os principais produtos para autoconsumo e comercialização da Amaju.

Quadro 1 - Produtos de autoconsumo e comercialização

Produto	A	C
Abacate	X	X
Abacaxi	X	X
Abóbora	X	X
Alface	X	X
Alho	X	
Banana	X	X
Batata-doce	X	
Café	X	
Cana-de-açúcar	X	
Cebolinha	X	X
Cenoura	X	X
Chuchu	X	
Coentro	X	X
Couve	X	X
Ervas medicinais	X	
Feijão	X	
Goiaba	X	X
Inhame/cará	X	X
Laranja	X	
Limão	X	X
Mamão	X	
Mandioca	X	X
Manga	X	
Maracujá	X	X
Milho	X	X
Quiabo	X	X
Rúcula	X	
Urucum	X	X

Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

A – Autoconsumo.

C – Comércio.

A apoiada pela ITCP/UFMS ainda, a Amaju desenvolveu projetos voltado para inserção da produção, doces principalmente, nos estabelecimentos comerciais (supermercados) da cidade de Naviraí. Acrescenta-se que o fato de a produção ser realizada pelas mulheres organizadas numa associação possui um conteúdo simbólico diferenciado, o que serviu para chamar a atenção das pessoas, favorecendo a comercialização. No projeto apoiado pela ITCP/UFMS, as mulheres procuraram implantar técnica de “degustação” dos produtos nos supermercados da cidade de Naviraí, isso para dar visibilidade aos produtos.

Há a intensificação da comercialização da produção nos supermercados, sobretudo no período de férias escolares, quando diminui a aquisição de produtos pelo

PNAE. As chamadas/editais do PNAE acontecem semestralmente e as entregas às instituições de ensino municipais de Naviraí são realizadas duas vezes por semana. Até recentemente a Amaju comercializava a produção no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), praticamente extinto depois da destituição de Dilma Rousseff da Presidência do Brasil³.

As mulheres construíram possibilidade de comercialização da produção também nas feiras na feira livre de Naviraí, feiras de sementes e produtos camponeses e agroecológicos em vários municípios de Mato Grosso do Sul e outros Estados, como Paraná e Goiás, por exemplo. A Amaju promove também eventos festivos, quando são servidos pratos típicos como frango com quiabo e galinhada, exposição de produtos alimentares e artesanais diversos. A Associação comercializa também a produção no próprio assentamento, de porta-em-porta na cidade de Naviraí.

O depoimento a seguir, de Cida, é ilustrativo no sentido de informar sobre a comercialização da produção em feiras, eventos comemorativos em diversas cidades.

Todo ano nós participa da “Feira de Sementes Crioulas de Juti”. Nós promovemos também festa aqui no assentamento. A gente tem a festa do frango com quiabo, tem o rodeio que sempre vem muita gente da cidade e da região. Eu acho que isso é muito bom para o assentamento porque as pessoa fica conhecendo nosso trabalho e acaba gostando dos produtos que a gente vende. Nós também leva nosso produto pras festas nas cidades vizinha. (CIDA, vice-presidente, Assentada, 2019).

A produção e comercialização estão inseridas no princípio de Circuitos Curtos e Economia Solidária. Embora a economia solidária e os circuitos curtos apresentem limites e contradições, esse princípio que norteia as ações da Amaju, ergue-se como caminho diferente da produção capitalista de mercadorias. Os princípios da produção e comercialização solidárias se contrapõem à lógica do capital e da mercadoria, visto que essa lógica conduz as pessoas à competição, concorrência e individualismo, buscando vantagens sobre o trabalho do outro. No entanto, não foi possível verificar somente consenso, solidariedade e harmonia na Associação.

Aliada aos princípios da produção e comercialização solidária verifica-se também a existência de “espírito comunitário” na produção das mulheres Amaju. A cooperação solidária e comunitária é um dos motores que impulsionam a Associação,

³ O PAA começou a ser desmontado antes de 2016, mas praticamente foi extinto depois da destituição de Dilma da Presidência com a diminuição gradativa dos recursos investidos no Programa, restringindo-se a pequenas execuções. O Programa sofreu uma queda significativa de investimento que passou de 1,2 bilhão em 2012, segundo IPEA (2019), para 0,1 bilhão em 2019. Para 2020 a Lei Orçamentária Anual prevê investimento de 0,1 bilhão para o PAA.

pois as mulheres trabalham em conjunto e participam de todo o processo, desde a produção à entrega dos produtos ao consumidor final. Conforme depoimento de Elisete, desde o início da organização da associação, as integrantes se pautam na solidariedade comunitária entre as mulheres, muitas vezes em contraponto com a produção coletiva (capitalista ou socialista) erguida a partir dos princípios da gestão empresarial moderna.

Eu tenho muito orgulho de dizer que faço parte de uma associação como a Amaju, porque aqui nós é parceira mesmo, até a comida nos dividimos, quando alguém tem uma Mistura diferente em casa traz e a gente cozinha aqui na associação, porque a gente não tem tempo de ir a casa almoçar, então tem que comer por aqui mesmo, E tudo que agente produz é coletivo, quando a gente vai fazer doce de abóbora a gente pede para quem tem abóbora em casa para trazer, quando a gente vai fazer o doce de mamão todas traz o que tem em casa também. A gente se ajuda muito. (ELISETE, Assentada, 2019).

A organização associativa da produção tem favorecido a participação política das mulheres, conhecimento dos direitos, bem como o lugar social atribuído às mulheres na sociedade, quando os homens tomam as decisões. Ao longo do processo produtivo as mulheres da Amaju se constroem como sujeitas participativas, pois produzir é também produzir a consciência.

A figura a seguir (figura 3) demonstra a participação das mulheres da Amaju, juntamente com membros da Coopaju, numa reunião de negociação na Secretaria de Educação de Naviraí para fornecimento de produtos à merenda escolar em uma das chamadas (edital) do PNAE.

Figura 3 - Mulheres em reunião na Secretaria de Educação de Naviraí



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

A organização na Amaju favoreceu a participação das mulheres em palestras e cursos técnicos e gestão como, por exemplo, de panificação, preparo de novos tipos de compotas e doces, turismo rural, etc. Mas, favoreceu também a participação e debate em palestras relacionadas ao tema de gênero, prevenção e combate à violência doméstica, produção orgânica, soberania alimentar, dentre outros.

Acrescenta-se que durante trabalho de campo no assentamento, por meio da técnica da observação, foi possível verificar a participação das mulheres em reuniões e eventos de reivindicações ao poder público de instalações comunitárias no assentamento, melhoria nas estradas internas, implementos agrícolas, máquinas, tratores, etc. Assim, a presença feminina nos espaços de decisão, na maioria das vezes tradicionalmente liderados por homens, demonstra que a mulher é capaz de representar-se enquanto mulheres camponesas favorecendo o desenvolvimento pessoal e coletivo. No depoimento de Maria, é possível verificar, por exemplo, que na Amaju ela “aprendeu a conversar e dialogar com as pessoas”.

Hoje aqui no assentamento com a associação nossa renda melhorou muito e, além disso, eu aprendi muito; a conversar e dialogar e debater com as outras pessoas, aprendi a negociar também, eles dá cursos pra gente. Essa associação é muito importante porque com ela nos pode vende o produto que nos mesmo produz (MARIA, presidente da Amaju, 2019).

A organização das mulheres na Amaju contribui para alcançar conquistas diversas, inclusive o reconhecimento pelos homens da sua capacidade política e produtiva; participação, de se representar, em fim, tornar-se sujeitas. Essa capacidade das mulheres verificada desde o início da luta pela conquista da terra (muitas mulheres estavam à frente nas reuniões, por exemplo), foi potencializada na Amaju. Julindro, assentado do Juncal, fala que sua “esposa tomou frente” desde o período do acampamento, pois coordenava e participava das reuniões, e prosseguiu participando depois, no assentamento, com a criação da Amaju.

Na época eu era taxista e então não podia estar participando das reuniões e nem ficar no acampamento. Foi quando a Cida, minha esposa, tomou a frente pela nossa família. Era ela quem ia nas reunião, ela também fazia parte da diretoria da Antep. Ela sempre gostou muito de trabalhar e antes de nos morar na cidade, nos morou em fazenda e eu trabalhava de empregado, isso foram muitos anos e ela sempre trabalhava limpando a casa do fazendeiro, fazendo comida quando ele vinham pra fazenda, então ela sempre gostou de ter o dinheiro dela e ser independente. E quando foi pra começar a organizar a Amaju ela que tomou a frente, chamou as mulheres, foi atrás de apoio da Agraer e da Prefeitura, só depois que apareceu a Universidade, mas foi muito

tempo e muita luta pra isso tá como está hoje, elas passaram por muita dificuldade, hein... E eu reconheço que elas são mulheres que lutam pela melhorar a renda das famílias e hoje elas é muito desenvolvidas por causa da associação, mas elas são a associação, elas tem força. (JULINDRO, Assentado, 2018).

Mas, o trabalho associativo das mulheres na Amaju é marcado também por contradições, limites, avanços, recuos, etc. Durante o trabalho de campo no assentamento, por meio da técnica da observação, foi possível verificar que as mulheres da Amaju atravessam várias dificuldades tanto produtivas, técnicas, políticas, bem como aquelas que envolvem as relações internas de poder, inclusive contradições e desigualdades nas relações de gênero.

A produção e comercialização, embora não seja guiada pelas relações mercadológicas, está sujeita às normas sanitárias, muitas desconhecidas das mulheres camponesas. Acrescenta-se que as normas sanitárias, mais exigentes quanto aos produtos cárneos, eleva os custos de produção para aquisição e esterilização de embalagens, por exemplo. Assim, os custos para a adequação às normas sanitárias necessárias acabam por colocar dificuldades na produção da Amaju.

Outra dificuldade são os custos de matéria-prima para produção de pães e doces, principalmente, pois as mulheres não produzem farinha de trigo e açúcar no assentamento. Uma parte da matéria-prima, como leite, por exemplo, é adquirida numa “parceria” entre a Amaju e a Coopaju, em vista das afinidades existentes entre as duas entidades do assentamento, inclusive porque a maioria das mulheres da Amaju é filiada à cooperativa.

O depoimento de Dirce, a seguir, demonstra as dificuldades econômicas, financeiras e de geração de renda da Amaju, o que serviu para desestimular a participação das mulheres na Associação.

Teve mês que não conseguimos tirar nem o dinheiro do material para produzir os pão e os doce. Porque a gente vendia muito barato e não dava pra pagar às contas. Teve vez que nós trazia açúcar de casa, uma trazia o trigo, outro ovo pra pode fazer o produto, foi aí que muitas desistiram. Os marido também não estava gostando de elas ter que trazer as coisas para poder produzir na associação. Também não tava gostando delas ficar saindo fora de casa. (DIRCE, Assentada, 2019).

Verificou-se ainda como dificuldade da Amaju, apesar das conquistas tratadas anteriormente, uma relativa dependência dos homens (maridos) para o deslocamento das mulheres até a cidade, no caso Naviraí, para comercializar a produção. O

depoimento de Dirce é ilustrativo dessa dependência. “Nos aqui da Amaju, depende muito dos maridos, porque eles que leva a gente e o que nós produz para a cidade porque a gente não dirige. Eles que leva a gente pra comprar o trigo para fazer o pão, o açúcar para fazer o doce, as embalagens para pôr as coisas. E aí as vezes não dá muito certo!”. (DIRCE, 2019).

Apesar dos homens considerarem a importância da organização das mulheres, essa dependência gera conflitos diversos, pois muitos homens, embora façam discurso favorável à Amaju, não concordam que suas esposas misturem atividades do lote com a Associação, bem como ficam incomodados com o sucesso e a autonomia relativa alcançada pelas mulheres da Amaju. Foi possível verificar que muitas mulheres não se associam ou se dedicam com afinco à Amaju para evitar conflitos com os maridos. Assim, observam-se as dificuldades vivenciadas pelas mulheres em vista da dependência ou mesmo subordinação às decisões do marido, ou seja, a mulher ainda necessita do aval de seu companheiro para que se sinta confortável e possa participar da Associação, produzir, gerar renda e melhorar a sua qualidade de vida.

Conforme depoimento de Cida, a seguir, os maridos, sobretudo os maridos vinculados à Antep, não “gostam” de ver suas mulheres fora de casa, viajando, saindo para a cidade. Os obstáculos colocados pelos maridos contribuíram para que muitas mulheres deixassem a associação porque “eles nunca quis que existisse isso de organização das mulheres aqui”.

Quando foi para começar organização da Amaju quase todas as mulheres aqui do assentamento queria fazer parte da associação, mais quando começou ter reunião fora do assentamento e os maridos viram que elas iam ter que deixa a casa para trabalha fora, aí elas começou a deixa a associação (...) Vou te dizer uma coisa, na maioria do caso é os marido que fazem parte da associação do professor – a Antep – que não gosta de ver as mulher deles na associação, porque desde o início eles nunca quis que existisse isso de organização das mulheres aqui. (CIDA, vice-presidente, 2019).

Assim, verifica-se que a existência de disputas e conflitos internos no assentamento, como por exemplo, os conflitos entre a Amaju/Coopaju e Antep pela direção política do assentamento, também coloca dificuldade para o fortalecimento maior da Associação das mulheres. Acrescenta-se que há uma mescla do componente político, relacionado às disputas de poder no assentamento, ao de gênero, trazendo dificuldades para a Associação.

Existem também os desencontros internos na associação como, por exemplo, as divergências de concepções políticas, gestão e direção da Associação, realização de despesas, dentre outras. Além dessas diferenças de ordem política e gerencial interna, foram verificadas ainda intrigas “banais”. As intrigas “banais” estão relacionadas à aquisição pessoal de bens, aparência física, embelezamento pessoal, por exemplo, que inseridas num contexto de competitividade de gênero estimulada na sociedade machista e de consumo, se desdobra em dificuldades estruturais na Amaju.

As divergências de relacionamento interpessoal foram consideradas pelas mulheres como uma das principais dificuldades na Associação. Assim, os desencontros nos relacionamentos, baixa geração de renda e disputas no interior do assentamento, que somadas à dominação masculina e os conflitos familiares deles surgidos, motivou substancial diminuição do número de mulheres associadas a Amaju, que chegou a 22 mulheres e atualmente possuem 10 mulheres vinculadas, com tendência para diminuição das atividades. Essas dificuldades têm se constituído não só obstáculo para o fortalecimento, mas para a própria existência da Associação.

Portanto, a organização produtiva das mulheres, a exemplo Amaju, é um processo contraditório e desigual em que se verificam avanços diversos, como apontados anteriormente, mas também se verificam retrocessos e reprodução de desigualdades, inclusive de gênero como a dominação do homem, limitando as conquistas das mulheres, dentre outras dificuldades.

Considerações finais

A partir das questões apontadas foi possível chegar a um conjunto de verificações sobre a organização das mulheres camponesas do assentamento Juncal na Amaju. A organização produtiva, que alicerçou a formação da Amaju, está vinculada às outras dimensões como a política, participativa, e principalmente, de gênero. Portanto, organização produtiva não é somente organização produtiva, pois ela está relacionada desigual e contraditoriamente às outras dimensões da totalidade da realidade social, no caso, do assentamento Juncal.

Foi possível verificar também que a organização produtiva das mulheres está assentada na concepção da economia solidária, que embora haja comercialização da produção (mercado), não são relações pautadas na produção capitalista de mercadoria,

quando emerge um componente de solidariedade e cooperação entre as mulheres envolvidas na Associação. Nesse sentido, verificou-se que as mulheres têm alcançado conquistas diversas, tanto na geração de renda, quando política, no sentido de participação por meio da comercialização da produção, bem como políticas públicas, dentre outras conquistas. A construção de “espaços” coletivos e de cooperação construídos no assentamento, voltados para os grupos produtivos, foi influenciado também pela capacidade organizativa e interação institucional com a ITCP/UFMS.

Apesar das conquistas, foi possível verificar que a Amaju, e as mulheres que a compõem, enfrentam dificuldades diversas para seguir na sua organização e conquista. Além das dificuldades econômicas e de geração de renda, foi verificado que hierarquias erguidas a partir da dimensão de gênero se colocaram como obstáculos na construção e fortalecimento de espaços coletivos de produção entre as mulheres. Os conflitos de ordem política verificados no assentamento somam-se desigual e contraditoriamente aos conflitos de gênero entre homem e mulher, dificultando os processos de transformação da consciência a partir de sua organização produtiva das mulheres.

Eis, pois, como as mulheres camponesas do assentamento Juncal em Naviraí estão construindo a sua organização na Amaju.

REFERÊNCIAS

BUARQUE, C. Perspectivas de Gênero: debates e questões para as ONGs. Recife: GT Gênero e Cidadania. 2002.

CAMPOS, C.S.S. A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil – o caso de Cruz Alta/RS. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular. 2011.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher a terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista de Estudos Feministas**, V. 12. Florianópolis: UFSC, 2004. p. 175-204.

DEERE, C. D; LEON, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2002.

FREITAS, T. V. **Experiências de socialização do trabalho doméstico na América Latina.** In SILVEIRA, M. L e TITO, N. (Orgs). Trabalho doméstico e de cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, p. 27-53, 2008.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil.** 2 ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

HIRATA, H; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>>. Acesso em 05 jun. 2019.

IPEA. **Programa de Aquisição de Alimentos e Segurança Alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura.** 2482. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/pdfs/tds/td_2482.pdf. Acessado em 16 de abril de 2020.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital.** São Paulo: Nova cultural. 1988.

MELO, H. P; DI SABATTO, A. **Gênero e trabalho rural.** In: BUTTO, A. (Org). Estatísticas rurais e economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 31-120.

MENEGAT, A S; TEDESCHI, L. A; FARIAS, M. F. L (Orgs.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário.** Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009a.

MÉSZAROS, I. **A Ordem do Capital e o Metabolismo Social da Reprodução.** Revista de filosofia/política/ Ciência da História. Tomo I - Marxismo. 1999. p. 83 - 124.

MOURA, M.M. **Os herdeiros da terra.** São Paulo: Hucitec. 1978.

MURARO, R M; BOFF, L. **Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças.** Rio de Janeiro: Sextante. 2002.

PAULILO, M. I. **Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise.** Revista de Estudos Feministas. V.12. Florianópolis: UFSC, 2004, p.229-252.

PEDON, N. R. **Movimentos socioterritoriais no Brasil: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica.** 240f. (Tese Doutorado) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009.

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, H. I. B **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Coleção Brasil Urgente. 2004.

SHANIN, T. **Lições camponesas.** In: PAULINO, E.T. e FABRINI, J.E. (Orgs.) Territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

_____. Alimentação como um tema político das mulheres. In: ROCHA, C. SILIPRANDI, E. (orgs.) **Segurança alimentar e nutricional - Perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013. 225p.

SILVA, C; PORTELLA, A. P. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no nordeste brasileiro. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R (orgs). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. da UFPE, 2006. p. 127-144.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VIEZZER, M. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez, 1989.

Recebido em 17/03/2021. Aceito para publicação em 14/05/2021.
--